

Jornalismo e modernidade conservadora: impactos das transformações tecnológicas no desenvolvimento da imprensa brasileira

RESUMO

Eliane Basilio de Oliveira

lilibasilio@yahoo.com.br

Universidade Tecnológica Federal do
Paraná (UTFPR), Curitiba, Paraná, Brasil..

O objetivo deste trabalho é discutir, a partir de uma historicização dialética, os pressupostos filosóficos da modernidade, a incorporação desses ideais entre o final do século XIX e início do século XX no Brasil e seus impactos nas transformações tecnológicas no jornalismo brasileiro. O artigo está organizado em duas partes: na primeira, é realizada uma reflexão histórica sobre a relação entre modernidade, tecnologia e suas contradições; na segunda, abordam-se o processo de dupla influência entre os ideais da modernidade e as atividades ligadas ao jornalismo. A pesquisa aponta que a trajetória histórica da imprensa é marcada pelas contradições da sociedade, sobretudo no Brasil, onde a modernidade se desenvolveu de forma conservadora, privilegiando os interesses da elite política-econômica e deixando a grande massa da sociedade à sua margem.

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade. Tecnologia. Jornalismo. Trabalho. Dialética.

INTRODUÇÃO

O jornalismo é filho da modernidade. Ele surgiu, ao mesmo tempo, sob os anseios de liberdade, igualdade e fraternidade defendidos pelo movimento que deu corpo à Revolução Francesa, mas também foi movido pelas transformações tecnológicas de Gutenberg à invenção da internet, integrando-se à lógica racionalista da produção capitalista. Tendo em vista esta dualidade, o objetivo do presente trabalho é discutir, a partir de uma abordagem histórico-dialética, os pressupostos filosóficos da modernidade, a incorporação desses ideais entre o final do século XIX e início do século XX no Brasil e seus impactos nas transformações tecnológicas no jornalismo.

Para a realização deste trabalho, observamos as contradições do impacto dos avanços tecnológicos sobre o jornalismo, levando em conta as consequências das transformações dos dispositivos técnicos e da lógica do mundo capitalista sobre esse setor de atividade. Assim como Dominique Wolton (2000, p. 9), acreditamos que apenas as dimensões culturais e sociais permitem diferenciar o que é uma mudança realmente significativa para uma atividade e o que é mera performance dos instrumentos. O artigo está organizado em duas partes: na primeira, é realizada uma reflexão histórica sobre a relação entre modernidade, tecnologia e suas contradições; na segunda, abordamos o processo de dupla influência entre os ideais da modernidade e as atividades ligadas ao jornalismo.

MODERNIDADE CONSERVADORA E TECNOLOGIA

O ensaísta Marshall Berman (1997, p. 16) conceitua modernidade como um período que começa em meados do século XV e se estende até hoje. Mais do que um período que pudesse ser disposto e classificado em uma linha do tempo elaborada de maneira positivista, para Berman, a modernidade corresponde a um estado de espírito que tem certas características, tais como a busca pelo novo, aventura, crescimento, autotransformação, grandes descobertas na ciência e na tecnologia, a expansão demográfica, a sensação de um perpétuo via-a-ser. Porém, esse turbilhão de mudanças é contraditório, pois empurra os indivíduos num movimento de permanente mutação e de desintegração, de luta, de ambivalência e angústia. Berman separa a modernidade em três fases. A primeira corresponde ao período que vai de meados do século XVI ao final do XVIII, marcada pela expansão territorial europeia através do mundo; a segunda, do final do século XVIII ao início do XX, pontuada pelos anseios de transformações sociais; e a fase mais recente (do início do século XX em diante), sob forte expansão capitalista, em que as transformações tecnológicas ganharam importância mais destacada.

Abordando o período histórico tratado por Berman, o historiador Edgar de Decca (1982) faz uma ligação entre as transformações da modernidade do final do século XVIII com o surgimento das primeiras fábricas na Inglaterra, expansão que atingiria boa parte do mundo ocidental nas décadas seguintes. Para o autor, a fábrica desempenhou um papel privilegiado nos processos de transformação e expansão capitalista, proporcionando a produção e a efetivação de determinados saberes técnicos, o controle e o disciplinamento dos processos de trabalho. O autor destaca que as metamorfoses no mundo do trabalho desencadeadas pelo sistema de produção fabril, impostas pela classe burguesa, não se reduziram apenas às mudanças técnicas na maneira de realizá-lo, mas em sua concepção

organizativa, que impôs uma nova disciplina e uma nova ideologia exaltada pelos capitalistas e que promoveram novas formas de relações sociais, uma nova cultura.

Essas mudanças culturais são analisadas pelo historiador Edward Thompson (1998), que mostrou que a cultura foi um campo crucial de domínio sobre os trabalhadores britânicos durante a Revolução Industrial. Ao interferir nos costumes e modos de vida, os empresários e agentes públicos estariam promovendo a desarticulação política dos trabalhadores, que não teriam outra alternativa senão aceitar as condições severas da exploração nas fábricas. O autor mostra, no entanto, que a tentativa de imposição de uma nova cultura aos trabalhadores acabou encontrando resistência.

Para o historiador Nicolau Sevcenko (1998a, p. 8-9), há um aprofundamento dessas transformações na Europa e nos Estados Unidos no período conhecido como “revolução científico-tecnológica”, em meados de 1870, representando um grande salto para a economia mecanizada. “Resultado da aplicação das mais recentes descobertas científicas, ela possibilitou o desenvolvimento de novos potenciais energéticos como a eletricidade e os derivados de petróleo, dando assim origem a novos campos de exploração industrial [...]” (p. 11). Essas mudanças provocaram alterações nos hábitos, ampliaram os processos de transporte, comunicação e trabalho.

As transformações científico-tecnológicas impulsionaram a consolidação global do capitalismo e disseminaram a visão ideológica de que a tecnologia tem o poder de transformar as coisas de maneira repentina, criando o “sublime tecnológico” no final do século XIX, “[...] marcado pelo cultivo de emoções e afetividades ligadas à tecnologia, traduzidos na arte e na literatura”, além de manifestar-se nos meios impressos (KLANOVICZ, 2016, p. 139). Tais valores também são apontados pela historiadora Sandra Pesavento (1997), que destacou o papel desempenhado pelas exposições universais, realizadas no século XIX pela França, Inglaterra e EUA, cidades-vitrines dos ideais modernos capitalistas. Ela mostra que as exposições foram utilizadas como ferramenta ideológica na construção de um novo imaginário social de progresso ilimitado, do espetáculo da maquinaria, proporcionando poder de dominação e liderança para esses países no cenário internacional. A autora destaca ainda as estratégias de resistência da classe trabalhadora, que, a partir de protestos, denunciava as formas de opressão e exploração do capitalismo silenciadas pelas exposições.

Levando em conta uma realidade contemplada também pelos outros autores, Berman (1997, p. 7) afirma que a modernidade é um conceito contraditório:

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e frequentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o seu mundo transformando-o em nosso mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador [...].

As contradições da modernidade se estendem pelo mundo. Na mesma direção, Sevcenko (1998a, p. 11) afirma que os avanços científico-tecnológicos do século XIX promoveram um “[...] impulso extraordinário [...] para a consolidação da unidade global do mercado capitalista [...]”, aumentando as disputadas entre esses países por matérias-primas, por mercados de consumo para exportar seus

produtos industrializados. Com isso, geraram o neocolonialismo ou imperialismo, fazendo com que as potências mundiais no final do século XIX disputassem e dividissem territórios ainda não explorados, restabelecendo vínculos de dependência com antigas colônias para impor o modo de vida industrial, urbano e de consumo de acordo com os novos padrões da economia de base científico-tecnológica, construindo assim um modelo de modernização conservadora nos países de economia dependente.

A modernidade conservadora foi implementada no Brasil com a desestabilização do império brasileiro e o desenvolvimento republicano no final do século XIX, pela elite econômica e política, cuja plataforma modernizadora se espelhava nos modelos tecnológicos da Europa e dos EUA, nas correntes científicas, no darwinismo social, no positivismo, utilizadas para disciplinar, limpar, reordenar o espaço urbano (SEVCENKO, 1998a). Essas propostas buscavam a construção de um novo tecido social, em que a ciência, a racionalidade, a maquinaria, a crença no progresso passaram a ser exaltados, porém a partir de um viés conservador, sem realizar rupturas relevantes com o modelo colonial agrário, escravagista, para o desenvolvimento de uma sociedade industrial e urbana, inserindo o Brasil num modelo capitalista periférico (HARDMAN, 1990; PESAVENTO, 1997).

As historiadoras Ângela Costa, Lilia Schwarcz (2000) e Pietra Diwan (2007) mostram que, no final do século XIX e início do XX, os intelectuais e os políticos apoiados nos modelos imperialistas buscavam projetar o Brasil para o mundo como uma nação moderna e civilizada. Os republicanos desejavam redesenhar a nação, apagar o atraso colonial marcado pela exploração da escravidão, composta por “raças inferiores”, como a africana e a indígena, vistas como obstáculo ao progresso do país. Tratava-se de um projeto que abraçava a fé na ordem e no progresso (linear e infinito), colocando sua ênfase no futuro, no desenvolvimento da produção e no consumo; era fundamentado nas potencialidades da nova ciência, em suas “verdades incontestáveis” de prever, promover invenções, implementar novos projetos sociais, urbanos, capazes de inserir o Brasil na modernidade.

Essa época foi exaltada como o “tempo das certezas”, a “Belle époque”, que forjou vários projetos autoritários e excludentes de modernização no Brasil fundamentados nas teorias científicas, evolucionistas e racistas europeias. De acordo com Diwan (2007), num país marcado por profundas desigualdades econômicas, sociais e raciais, a ciência europeia do século XIX é usada no Brasil como ferramenta de disciplinarização, controle social, melhoramento da raça, da feiura, a cura das doenças, da imoralidade, da vadiagem, da higienização, da dominação política. A autora destaca a incorporação e adaptação das ideias eugenistas no cenário brasileiro, defendidas por diferentes intelectuais, formando uma rede de poderes no início do século XX.

A construção da modernidade, segundo o sociólogo Zygmunt Bauman (1998), está fundamentada numa nova ordem imaginada que foi sendo estruturada pela busca da beleza, da limpeza e da pureza e se houver coisas que não se harmonizam com a imagem idealizada desta ordem elas precisam ser afastadas. Os “estranhos”, aqueles que não se encaixam no mapa cognitivo, moral e/ou estético dessa ordem tornam-se obstáculos, sujeiras, culpados de causar um mal-estar intolerável.

O que fazer para ordenar um país repleto de raças “estranhas” e atrasadas? Embranquecer, limpar, sanear era a solução. Tudo o que não fosse identificado com uma sociedade que se pretendia civilizada devia ser excluído. Essas ideias foram sendo impostas nos espaços públicos e privados e publicizadas pelo avanço da imprensa, que gerou a ampliação do consumo de objetos, hábitos e ideais burgueses promovendo novas formas de organização, ressignificando as ruas com as reformas urbanas e sanitárias e a vida dos moradores dentro da nova lógica frenética do capital, construindo um novo imaginário social que buscava apagar os conflitos, as desigualdades sociais e enaltecer a vida burguesa. O projeto modernizador contribuiu para a manutenção dos conflitos sociais, da violência, que refletem as desigualdades sociais, de classe, étnico-raciais, de gênero herdadas da sociedade colonial, perpetuadas com o modelo de modernidade conservadora, ainda presentes na realidade do século XXI.

JORNALISMO NO MUNDO MODERNO

O jornalismo é fruto dessas contradições da modernidade, que estão presentes desde o seu surgimento em meio às Revoluções Industrial e Francesa. Sua história ora está voltada para interesses comerciais, ora visa transformações sociais e autonomia dos indivíduos. As primeiras manifestações do jornalismo surgiram ainda no início do século XVII, na Europa ocidental, em virtude de necessidades de comunicação de comerciantes que, já no século XV, começaram a elaborar manuais e a descrever seus ofícios, dando “[...] expressão à exigência de um saber no qual a atenção para as obras e a pesquisa empírica fossem dominantes em lugar de um saber exclusivamente verbal” (ROSSI, 2001, p. 67). O autor destaca que a criação da prensa de Gutenberg em 1440 voltava-se em parte aos artífices, com a publicação de tratados científicos e práticos em diversos idiomas europeus e em latim. O desenvolvimento dessa tecnologia possibilitou a ampliação do mercado editorial. Com isso, o monopólio do saber da igreja e da universidade passa a ser quebrado; os espaços de trabalhos e as associações de artesãos tornam-se verdadeiras fábricas e laboratórios de invenções, e esses saberes técnicos passaram a ser transmitidos ao público.

Apesar desse primeiro avanço, considera-se que o jornalismo moderno só surgiria mais tarde. Marcondes Filho (2000) propõe quatro períodos dessa atividade. O que ele chama de “primeiro jornalismo” (1789-1830) surgiu na época das revoluções, com a ebulição do discurso político-literário e com as mudanças na esfera da produção. O jornalismo nessa época, feito de maneira artesanal, não tinha fins econômicos diretos, mas objetivos pedagógicos e de formação política, já que estava associado à ascensão da burguesia ao poder político. Como apontado pelo historiador Robert Darnton (2000), a imprensa teve papel decisivo na corrosão do Ancien régime, por um conjunto subversivo e heterogêneo de publicações que circulavam de maneira subterrânea, ajudando a minar a ordem social absolutista e a eclodir a Revolução Francesa.

No Brasil, a imprensa surgia oficialmente em 1808, com a publicação do Correio Braziliense, a partir de Londres, por Hipólito da Costa, de cunho reformista; e do jornal Gazeta do Rio de Janeiro, impresso no país pela tipografia real, voltado para a manutenção do regime. Antes da chegada oficial da imprensa no país, houve algumas experiências isoladas com a produção de impressos, associadas a movimentos de contestação, fortemente reprimidas pela coroa. Diferentemente

de França, no Brasil a imprensa não provocou uma revolução, já que os movimentos que buscavam mudanças radicais foram eliminados. Exemplo disso foi a Inconfidência Mineira, articulada em torno de impressos e da literatura, e a Revolução Pernambucana, cujo líder executado, Frei Caneca, editava o jornal *Typhis Pernambucano* (BARBOSA, 2013). Dessa forma, a imprensa hegemônica no país, desde seu início, funcionou como a superestrutura ideológica das classes dominante, com forte controle do estado se manteve como elemento de sustentação dos poderes instituídos, sem dar visibilidade adequada para as reivindicações dos movimentos sociais¹.

Esta situação vai se tornar mais visível na fase que Marcondes Filho denomina de “segundo jornalismo” (1830-1900), com a burguesia já consolidada nos países mais ricos da Europa, marcada pela inovação tecnológica e pela influência do capital no sistema de produção. Em 1830, a impressão de jornais foi incrementada com a adaptação das impressoras à máquina a vapor, o que possibilitou o aumento da produção de jornais e de livros. Essa mudança gerou aumento de tiragem e de público dos impressos, melhoria na qualidade gráfica e o surgimento do mercado de anúncios publicitários. Cada vez mais complexa, a atividade jornalística transformava-se aos poucos em um fazer especializado.

Essa característica se acentuou na fase seguinte, com o “terceiro jornalismo” (1900-1970), chamado por Marcondes de “jornalismo monopolista”. É nessa época que a atividade, graças a mudanças de base tecnológica, tornou-se uma indústria de produção de larga escala, com a incorporação de equipamentos modernos. Nos países mais ricos e na própria periferia do capitalismo, como o Brasil, principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que se tornaram vitrines nacionais, a modernidade do século XX trouxe novidades que intensificaram o próprio movimento de modernização da grande imprensa, tais como a luz elétrica, telefone, cinema, automóveis, máquinas de escrever. No caso do Brasil, esse movimento fez com que as classes dirigentes otimizassem a imprensa republicana, que carregavam “[...] a ideia de ordem e progresso, marcada pelas conquistas técnicas [...], uma imprensa que se pretendia missionária na pregação do Brasil civiliza-se!” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 10-11).

Essa imagem de progresso seria questionada por algumas poucas vozes dissonantes, como é o caso de Lima Barreto e Euclides da Cunha. O primeiro, intelectual negro da periferia do Rio de Janeiro, escrevendo na imprensa diária e em revistas da capital, criou uma série de personagens que evocavam os efeitos colaterais da modernização no Rio, tais como a manutenção da discriminação, o lugar de inferioridade legado aos descendentes da população escravizada, a formação de uma república das letras em consonância com o projeto político hegemônico do país, uma literatura que era apenas o “sorriso da sociedade”, cuja função era servir de passatempo das elites urbanas. Na mesma direção, Euclides da Cunha, embora incorporando o projeto de desenvolvimento moderno a partir da assimilação das ideias francesas, conseguiu observar a contradição da execução desse projeto, principalmente na Primeira República, ao fazer um relato aterrorizador do genocídio da população pobre do interior da Bahia, durante a Guerra de Canudos. De formação militar e positivista, Euclides via no projeto do exército brasileiro e na modernização proposta por Floriano Peixoto uma ação de limpeza e de barbárie contra um importante grupo da sociedade brasileira – aqueles sertanejos esquecidos que viviam longe da rua do Ouvidor (SEVCENKO, 1983).

Embalado pelos surtos de desenvolvimento econômico da Belle époque, esse conjunto de mudanças, junto com dispositivos modernos e novos meios de comunicação, trouxeram tanto a visibilidade de equipamentos tecnológicos, quanto possibilitaram outras sensibilidades e formas de sociabilidade, em que valores como eficiência, velocidade, força, funcionavam como metáfora do modo de vida moderno, reforçado pela imprensa, sem que houvesse mudanças das velhas estruturas de dominação herdadas da colonização, de um Brasil mais arcaico, enraizado na cultura agrária oligárquica, no analfabetismo, na escravidão e na desigualdade de oportunidades (SEVCENKO, 1998b). A organização de um sistema de comunicação moderno no Brasil marcha, *pari passu*, com o desenvolvimento de um projeto de controle social desempenhado pelo governo. No período de 1930 a 1945, com a ascensão do governo autoritário de Getúlio Vargas, a comunicação passou a ser vista mais seriamente no Brasil como instrumento de propaganda e de construção de unidade política. Com isso, Vargas cria o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939, um instrumento de produção e controle das mensagens propagadas pela imprensa, a fim de afinar o discurso do governo utilizando a moderna rede de informação que se formava no Brasil.

Apesar do interregno democrático de 1945 a 1964, a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) aumentou esse sistema de controle sobre as comunicações no Brasil, ao ampliar a rede de transmissão da televisão e controlar a maior parte do volume de recursos destinados à publicidade, direcionando as verbas das estatais para aqueles veículos que davam ampla sustentação ao discurso de “Brasil potência” defendido pelo governo do golpe. Dessa forma, a ampliação da indústria cultural em território nacional fez com que uma nova cultura popular brasileira, voltada para a diversão, se aliasse ao discurso de dominação da sociedade de consumo e do governo, por meio de revistas ilustradas, programas de auditório, telejornais e, principalmente, telenovelas, dando continuidade ao modelo de modernidade conservadora (ORTIZ, 2001).

Finalmente, o “quarto jornalismo” (de 1970 aos dias de hoje) representa o ingresso do jornalismo nas tecnologias digitais. A incorporação dos recursos de novas tecnologias de impressão, a comunicação via satélite e, a partir da década de 1990, a internet, ampliaram o alcance dos produtos jornalísticos, aumentaram os custos de produção e acirraram a disputa entre as empresas. Nessa fase, o jornalismo se configura como um negócio de alto risco, devido aos grandes investimentos necessários para a permanência no mercado. Marcondes Filho (2000, p. 36) considera essa fase bastante contraditória em relação ao espírito do jornalismo: em vez de prática de liberdade, que incentiva a razão e o espírito crítico, a atividade

[...] tornou-se um disciplinamento técnico, antes que uma habilidade investigativa e linguística. Bom jornalista passou a ser mais aquele que consegue, em tempo hábil, dar conta das exigências de produção de notícias do que aquele que mais sabe ou que melhor escreve. Ele deve ser uma peça que funciona bem, “universal”, ou seja, acoplável a qualquer altura do sistema de produção de informações.

No Brasil, as mudanças têm ocorrido no mesmo passo dos países mais ricos, já que as empresas nacionais se equiparam em capital e tecnologia a suas congêneres europeias ou norte-americanas. Ao longo dos anos 1990, a maior parte

dos jornais brasileiros se “modernizou”, aderindo a uma nova onda que se iniciou com a Folha de S. Paulo, que implantou, entre 1985 e 1987, um plano que envolvia, ao mesmo tempo, modernização tecnológica e reestruturação do funcionamento das lógicas de trabalho: “[...] sua implementação introduziu no Brasil, em ritmo acelerado, um lógica empresarial que a moderna imprensa capitalista construiu ao longo de várias décadas nos EUA e na Europa” (ARBEX JR., 2001, p. 141).

De um lado, as políticas neoliberais inviabilizaram a expansão das mídias tradicionais – como o jornal impresso, a revista e o rádio –, favorecendo a dominação do setor por grandes grupos empresariais; por outro, as inovações tecnológicas tornaram a produção cada vez menos dependente de mão de obra, já que atividades como reportagem, redação, edição e distribuição foram simplificadas. A internet possibilitou, ao mesmo tempo, redução de custos de produção em alguns casos, mas também queda nos lucros das empresas, já que boa parte da informação começou a circular de forma aberta na rede, obtendo remuneração apenas pela publicidade.

Uma das consequências econômicas é que o jornalismo e as comunicações têm se tornado um setor cada vez mais oligopolizado. Menos de 10 corporações no mundo controlam 40% das receitas globais (COSTA, 2005). Isso foi facilitado pelo fato de que, com o avanço tecnológico, a área passou a exigir grandes investimentos e especialização, levando ao desaparecimento de empresas pequenas ou tradicionais. Já a partir dos anos 2000, os grandes jornais nacionais e regionais viram suas tiragens encolherem. Levantamento da Unesco envolvendo 40 países mostrou que houve, até o início dessa década, redução de tiragens em 32 deles (COSTA, 2005, p. 185), tendência que ainda se mantém.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse percurso resumido, cabe destacar que o jornalismo está intimamente ligado aos processos da modernidade e às transformações tecnológicas. De um lado, relaciona-se com a abertura para um pensamento racionalista e democrático que acompanha a gênese da modernidade; por outro, está circunscrito a um sistema de produção que transforma tudo em mercadoria. Tal dualidade foi apontada por diferentes autores, como Jürgen Habermas (2014), para quem a imprensa é um dos pilares para a existência da esfera pública burguesa, ou seja, espaço de livre circulação de informações e de opiniões que permite a crítica ao poder. Nesse sentido, o jornalismo está relacionado à modernidade, em cujo projeto a busca da autonomia, do esclarecimento e da razão tem lugar de destaque. Ele se fortaleceu com o Iluminismo e seu projeto de educação para a sociedade.

No entanto, em vez de trilhar o caminho do esclarecimento, a modernidade acabou levando ao esvaziando de seu projeto inicial, pois o conhecimento técnico que engendrou a especialização e a produção tecnológica levou à regressão do próprio esclarecimento. Assim, a corrida para a conquista tecnológica passou a ser um fim em si mesmo; a razão tornou-se instrumental, aliada do capital e do poder, e não a serviço de um projeto voltado para a melhoria das condições de vida da humanidade (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Dentro dessa lógica, o jornalismo deixa de ser um espaço democrático e torna-se um instrumento responsável pela manutenção do sistema de dominação: em vez de trabalhar para a formação da

autonomia, acaba contribuindo com a “regressão das massas”, tornando os seres humanos “meros seres genéricos, iguais uns aos outros pelo isolamento na coletividade governada pela força” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 47). Em meio ao avanço tecnológico avassalador, cabe o questionamento de seus impactos sobre atividades essenciais à sobrevivência da democracia. Mais do que nunca, é preciso agir e reinventar o jornalismo no momento de hoje, tentando resgatar o sentido dialético da modernidade.

NOTAS

1 - É importante destacar que, apesar das características conservadoras da imprensa hegemônica, os movimentos sociais (mesmo com limitação financeira, técnica, censura) sempre desenvolveram estratégias midiáticas de resistência ao sistema de dominação político-econômico, publicando jornais, revistas, panfletos, entre outros em busca da emancipação social. Ver: PRADO, Antonio A. Imprensa, cultura e anarquismo. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. (org.). História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

Journalism and conservative modernity: impacts of technological transformations on the development of the Brazilian press

ABSTRACT

The aim of this paper is to discuss, from a dialectical historicization, the philosophical assumptions of modernity, the incorporation of these ideals between the late nineteenth and early twentieth centuries in Brazil and their impacts on technological changes in Brazilian journalism. The article is organized in two parts: in the first part, a historical reflection on the relationship between modernity, technology and its contradictions; the second deals with the process of double influence between the ideals of modernity and activities related to journalism. The research points out that the historical trajectory of the press is marked by the contradictions of society, especially in Brazil, where modernity has developed conservatively, privileging the interests of the political and economic elite and leaving the great mass of society on its fringes.

KEYWORDS: Modernity. Technology. Journalism. Work. Dialectics.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ARBEX JR., José. Showrnalismo: a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- BARBOSA, Marialva. História da comunicação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- COSTA, Ângela Marques; SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1890-1914: no tempo das certezas. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- COSTA, Caio Túlio. Modernidade líquida, comunicação concentrada. São Paulo, Revista USP, n. 66, p. 178-197, jun./ago. 2005.
- DARNTON, Robert. Rede de intrigas. São Paulo, Folha de S. Paulo, 30 jul. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs3007200003.htm>. Acesso em: 12/10/2019.
- DECCA, Edgar de. O nascimento das fábricas. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- DIWAN, Pietra. Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.
- HARDMAN, Francisco Foot. Trem Fantasma. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. São Paulo: Unesp, 2014.

KLANOVICZ, Jo. Tecnologia de força bruta e história da tecnologia: uma leitura historiográfica. *Fronteiras*, n. 27, 2016, p. 134-148.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. Introdução: pelos caminhos da imprensa no Brasil. In: _____ (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARCONDES FILHO, Ciro. *A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hackers, 2000.

ORTIZ, Renato. Sociedade e cultura. IN: PINHEIRO, Paulo Sérgio; SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge. *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 182-209.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *Exposições Universais*. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROSSI, Paolo. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. São Paulo: Edusc, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: *História da vida privada no Brasil: República da Belle époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a.

_____. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: *História da vida privada no Brasil: República da Belle époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b.

WOLTON, Dominique. *Internet et après? Une théorie critique des nouveaux médias*. Paris: Flammarion, 2000.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Recebido: 22 abr. 2025.
Aprovado: 25 abr. 2025.
DOI: 10.3895/rde.v16n27.20167

Como citar:

BASILIO DE OLIVEIRA, E. Jornalismo e modernidade conservadora: impactos das transformações tecnológicas no desenvolvimento da imprensa brasileira. Dito Efeito, Curitiba, v. 16, n. 27, p. 45-58, jan./jun. 2025. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/de>>. Acesso em: XXX.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

